

## Normativas para classificação e descrição arquivísticas: uma análise das resoluções do CONARQ (1995-2021)

*Regulations for archival classification and description: an analysis of CONARQ resolutions (1995-2021)*

**Leolíbia Luana Linden**

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professora do curso de graduação em Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil.

E-mail: [leolibialuana@gmail.com](mailto:leolibialuana@gmail.com)

**Luciane Paula Vital**

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, SC, Brasil.

E-mail: [luciane.vital@ufsc.br](mailto:luciane.vital@ufsc.br)

### Resumo

Classificação e descrição arquivística são consideradas processos de organização e representação do conhecimento e da informação. Esse estudo analisa as características dos processos de classificação e descrição arquivísticas previstas em normativas da área de Arquivologia. Caracteriza-se como pesquisa exploratória e descritiva. Quanto aos procedimentos metodológicos, é uma pesquisa documental e utiliza a análise de conteúdo de Bardin. O corpus da análise são as resoluções do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ); entre as resoluções, por meio de análise da estrutura e conteúdo, foram selecionadas dez que abordam diretamente as temáticas de classificação e descrição arquivística. Realiza uma análise horizontal, vinculada às observações de classificação e descrição em cada um dos instrumentos normativos, enquanto a análise vertical busca estabelecer categorias padrões para a classificação e descrição nesses instrumentos. A análise de conteúdo desenvolvida resultou na formulação de quinze categorias para a classificação e oito para a descrição. Nas resoluções que tratam da classificação arquivística percebe-se o endosso a iniciativas de governança que englobam as atividades e etapas que concretizam factualmente a prática e desenvolvimento da classificação em diferentes ambientes organizacionais. Quanto às resoluções que tratam da descrição arquivística, temos um cenário dominado pelo uso de modelos e padrões para descrição vinculados a normas, o que, por sua vez, ressalta a necessidade de ampliar a percepção de como essas diretrizes podem ser contributivas nesse cenário. O número de resoluções que apresentam abordagens relacionadas a essas duas funções arquivísticas nucleares representa 10% das resoluções publicadas pelo CONARQ, o que aponta a necessidade de ampliar essa discussão.

**Palavras-chave:** descrição arquivística; classificação arquivística; normativas; CONARQ.

### Abstract

Classification and archival description are considered processes of organization and representation of knowledge and information. This study analyzes the characteristics of the classification processes and the archival description provided for in the regulations in the area of Archival Science. It is characterized as exploratory and descriptive research. As for the methodological procedures, it is a documentary research and uses Bardin's content analysis. The corpus of the analysis are the resolutions of the National Archives Council (CONARQ); Among the resolutions, through analysis of structure and content, ten were selected that directly address the themes of archival classification and description. It carries out a horizontal analysis, linked to the classification and description observations in each of the normative instruments, while the vertical analysis seeks to define standard categories for the classification and description of these instruments. Content analysis developed the formulation of fifteen categories for classification and eight for description. In the resolutions that deal with archival classification, we see the endorsement of governance initiatives that encompass the activities and stages that factually implement the practice and development of classification in different organizational environments. As for the resolutions that deal with archival description, we have a scenario dominated by the use of models and standards for description guaranteed by norms, which, in turn, highlights the need to broaden the perception of how these guidelines can be contributory in this scenario. The number of resolutions that present approaches related to these two core archival functions represents 10% of the resolutions published by CONARQ, which highlights the need to expand this discussion.

**Keywords:** archival description; archival classification. normative. CONARQ.

## 1. Introdução

As funções arquivísticas de classificação e descrição são intervenções pensadas, elaboradas e contributivas no desenvolvimento de metodologias e estratégias para a representação, organização e a recuperação da informação. Dessa forma, aproximam a Arquivologia da Organização do Conhecimento, apropriando-se das metodologias de tratamento e recuperação da informação e do conhecimento propostas por esta (Barros, 2016).

Assim, nos aproximamos de um cenário em que a classificação e a descrição arquivísticas são consideradas processos de organização e representação do conhecimento e da informação desenvolvidos nos arquivos (Barros, 2010; Silva, 2012; Tognoli, 2012; Vital, Medeiros; Brascher, 2017; Martins, 2019; Barros; Sousa, 2019). Considerando a função social dos arquivos, que perpassa a gestão, preservação e difusão dos documentos, garantindo o direito de acesso à informação, esta pesquisa é guiada pela seguinte questão: quais são as características de classificação e descrição arquivística enquanto elementos de representação do conhecimento e da informação em arquivos, que estruturam as normativas e resoluções na área de Arquivologia?

O objetivo deste estudo é responder a essa questão, focando, especificamente, as funções de classificação e descrição arquivística.

Como justificativa deste estudo estão as possibilidades de estreitar os universos de teoria e prática. Embora todas as contribuições sejam pertinentes e relevantes para os debates desenvolvidos até então no âmbito normativo, identificou-se uma lacuna metodológica para que a aplicação da classificação e descrição arquivística, sob o viés da Organização e representação do conhecimento e informação, fosse possível em arquivos.

Caracteriza-se como pesquisa exploratória e descritiva. Quanto aos procedimentos metodológicos, é uma pesquisa documental, já que a base da análise são as resoluções do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Para analisar os instrumentos normativos e orientações brasileiras para a classificação e descrição, foram consideradas as normas e orientações técnicas publicadas no âmbito do CONARQ, órgão colegiado vinculado ao Arquivo Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que tem por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados no Brasil.

No sítio eletrônico do CONARQ foi possível localizar uma listagem de quarenta e sete (47) resoluções, nas quais estão materializadas as recomendações técnicas do órgão. Entre essas

resoluções, por meio de análise da estrutura e conteúdo, foram selecionadas dez (10) que abordam diretamente as temáticas de classificação e descrição arquivística.

Utiliza-se, também, como procedimento metodológico a análise de conteúdo, preconizada por Bardin (2016) e que se estrutura em três etapas: 1) pré-análise; 2) exploração do material; e 3) tratamento dos resultados com inferência e interpretação deles. Na análise das normativas, foram estabelecidas categorias pré-definidas de classificação e descrição arquivística, para a identificação e caracterização de orientações indicadas por cada uma das normativas analisadas, o que foi denominada análise horizontal. Posteriormente, procedeu-se a sintetização desses elementos em uma análise vertical, em que foram estabelecidas as respectivas categorias.

Dessa forma, a análise horizontal está vinculada às observações de classificação e descrição em cada um dos instrumentos normativos, enquanto a análise vertical busca estabelecer categorias padrões para a classificação, assim como categorias padrões para a descrição entre os instrumentos normativos selecionados.

## 2. Classificação e descrição para a representação da informação em arquivos

Em 1982, Carol Couture e Jean-Yves Rosseau publicaram *Les archives au XX siècle*, em que é proposta uma arquivística preocupada em integrar tanto as atribuições do arquivo permanente quanto as atividades atribuídas ao arquivo administrativo, sugeridas de modo distintos até então,

[...] garantir a unidade e a continuidade das intervenções do arquivista nos documentos de um organismo e permitir assim uma perspectiva do princípio das três idades e das noções de valor primário e secundário; permitir a articulação e a estruturação das atividades arquivísticas numa política de organização de arquivos; integrar o valor primário e o valor secundário numa definição alargada de arquivo (Rousseau; Couture, 1998, p. 70).

Rousseau e Couture (1998), além de inaugurar a corrente integrada do pensamento arquivístico, preconizam as funções arquivísticas, que seriam as atividades norteadoras no contexto do arquivo. As funções podem ser desenvolvidas de maneira dinâmica, gradual e até mesmo simultânea, o que abre espaço para sua integração com a organização do conhecimento. Entre as funções, há duas consideradas fundamentais no fazer arquivístico, por possibilitarem a compreensão e recuperação dos documentos, que são: a classificação e a descrição.

A função arquivística de classificação é compreendida como uma ação intelectual de construção de esquemas para agrupar os documentos a partir de princípios classificatórios estabelecidos (Sousa, 2006). Sua função é contextualizar a produção de documentos, por meio das funções e atividades relacionadas na estrutura de classificação. Essa disposição intelectual pode refletir as funções e a estrutura organizacional, favorecendo o acesso aos documentos/informações da instituição.

Dessa forma, a classificação é o processo de organização dos documentos de arquivo que pretende, de forma geral, organizar os documentos em classes (grupos), a partir das funções e atividades, explicitando as relações entre os documentos (Gonçalves, 1998). O produto do processo intelectual da classificação arquivística é um instrumento metodológico denominado plano ou esquema de classificação (Freitas, 2017).

Já a função de descrição arquivística é a “[...] ponte que liga o documento com os usuários” (Herrera, 1991, p. 300), ou seja, é por meio da descrição que se torna possível conhecer o conteúdo de um acervo. Para o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Descrição, 2005, p. 67), descrição arquivística é o “[...] conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa”. Portanto, pode ser considerada a criação de representações da informação arquivística, que tem como objetivo principal identificar e explicar o contexto e conteúdo dos documentos.

Como resultado do processo de descrição, tem-se a sistematização de instrumentos de pesquisa, que têm o objetivo de servir como mecanismos de busca e de acesso aos documentos/informações de arquivo.

Barros (2014) parte do pressuposto que a representação, no âmbito da Arquivologia, está baseada nas funções arquivísticas de classificação e descrição, indicando que o termo “representação” amplia as possibilidades de compreensão desses processos. O autor expande a reflexão indicando que

A compreensão da **descrição** e **classificação** enquanto atividades conjuntas possibilita a existência de relações interdisciplinares entre a Arquivística e a Organização do Conhecimento, possibilitando as primeiras abordagens teórico metodológicas constituindo um novo momento para a organização de arquivos e neste universo apropriar-se de metodologias de tratamento [...] (Barros, 2016, p. 39).

Nesse entendimento, abrem-se as possibilidades acerca da teoria e da prática arquivística baseados nos preceitos advindos da área da Organização do Conhecimento, dado o

entendimento de que as funções arquivísticas de classificação e descrição são as atividades a serem planejadas e implementadas de maneira conjunta. E é nesse entendimento que as lentes teóricas desta análise se calcam, respaldadas pelos autores que seguem.

Esteban Navarro (1993) é pontual quando indica que a classificação e a descrição arquivísticas são operações nas quais ocorrem a representação do conhecimento e da informação nos arquivos. Tognoli (2012) assinala que elas são a materialização da representação nos arquivos, sobretudo na definição da proveniência dos documentos:

[...] o estudo da proveniência como um pressuposto para a representação arquivística encontra fulcro não apenas na compreensão do conteúdo imediato do documento, mas também em sua relação com os criadores, as funções e os sistemas de gerenciamento e manutenção. Mais uma vez, todos os contextos devem ser representados no momento de **classificação/arranjo e descrição** do conhecimento arquivístico (Tognoli, 2012, p. 85).

Tognoli e Barros (2015) buscam evidenciar elementos históricos e conceituais de classificação e descrição, relacionando-os diretamente com a organização e representação de arquivos:

A **Classificação** e a **Descrição** são atividades nucleares no processo de organização e representação de arquivos. Esse conhecimento pode ser entendido como todo conhecimento gerado a partir das atividades realizadas por pessoas físicas ou jurídicas e que resultam em informações orgânicas (Tognoli; Barros, 2015, p. 94).

Vital e Bräscher (2016) buscam identificar as funções de classificação e descrição arquivísticas no contexto do processo de organização e representação da informação no âmbito dos arquivos por meio de suas características. As autoras relacionam a classificação, a ordenação física e intelectual dos documentos, enquanto a descrição se ocupa da organização e representação da informação. A classificação, neste íterim, tem resultado na manutenção das relações entre os documentos, e a descrição resulta em representações que permitem a recuperação das informações contidas nos documentos de arquivo.

Assim, embora todas as funções arquivísticas sejam igualmente importantes para as atividades em arquivo, reconhece-se que as funções de classificação e descrição arquivística são atividades nucleares no exercício arquivístico (Lopes, 2009; Souza, 2007). E acredita-se que estão entre as que mais fortemente desenvolvem processos de representação em arquivos e podem se beneficiar com os possíveis diálogos.

### 3. Normativas de classificação e descrição no contexto brasileiro

A partir da análise dos dez instrumentos normativos selecionados, foi possível ter uma visão ampla de como os conceitos de classificação e descrição arquivísticas se configuram no âmbito do CONARQ, podendo, assim, perceber como as concepções avançaram e recuaram com o passar dos anos. Foram identificados instrumentos normativos que versam especificamente sobre classificação e descrição arquivística, o que trouxe elementos relevantes para a análise. Ademais, foram encontradas outras recomendações que são exclusivamente desenvolvidas para a realidade de produção e gestão de documentos arquivísticos digitais que ressignificaram o entendimento das funções arquivísticas analisadas. Foi possível perceber que, no decorrer do tempo, a concepção do conceito e da aplicação da classificação e da descrição arquivística, foram se modificando diante dos diferentes cenários apresentados. Para a finalidade da análise, isso representa as diferentes influências teóricas e a experiência prática de classificação e descrição aplicadas ao desenvolvimento dessas normativas.

Em um primeiro momento, para analisarmos o cenário exposto, alinhamos os aspectos observados em cada um dos instrumentos normativos quanto à classificação e à descrição, caracterizando a análise horizontal. Depois, analisamos as contribuições dos instrumentos normativos na caracterização da classificação. E, por fim, analisamos as contribuições dos instrumentos normativos na caracterização da descrição, as duas últimas caracterizam a análise vertical.

De acordo com a metodologia estabelecida, foi realizada a análise de conteúdo (Bardin, 2016) nos instrumentos normativos em uma análise horizontal, partindo de categorias temáticas pré-determinadas: a classificação e a descrição em cada um dos instrumentos normativos. No Quadro 1 apresentamos uma síntese das menções de cada um dos instrumentos normativos quanto à caracterização dos respectivos atributos, composta pela coluna que indica o instrumento normativo e as características dos processos de classificação e descrição em cada um deles.

Quadro 1 – Contribuições de cada um dos instrumentos normativos quanto à caracterização dos respectivos atributos

RESOLUÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 1, DE 18 DE OUTUBRO DE 1995 – Dispõe sobre a necessidade da adoção de planos e/ou códigos de classificação de documentos nos arquivos correntes que considerem a natureza dos assuntos resultantes de suas atividades e funções.	Classificação de documentos correntes; Classificação que considere o assunto; Plano e ou código de classificação para representar as relações; Classificação auxiliando na avaliação de documentos.	Não há.
RESOLUÇÃO Nº 2, DE 18 DE OUTUBRO DE 1995 – Dispõe sobre as medidas a serem observadas na transferência ou no recolhimento de acervos documentais para instituições arquivísticas públicas.	Não há.	Descrição como apoio para a avaliação dos documentos; Descrição em todo o ciclo de vida dos documentos.
RESOLUÇÃO Nº 20, DE 16 DE JULHO DE 2004 – Dispõe sobre a inserção dos documentos digitais em programas de gestão arquivística de documentos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos.	Aplicação da classificação em documentos digitais; Classificação funcional.	Metadados como expressão da descrição; Descrição passa a ter outras configurações diante da realidade digital.
RESOLUÇÃO Nº 25, DE 27 DE ABRIL DE 2007 – Dispõe sobre a adoção do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos – e-ARQ Brasil pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR.	Classificação para recuperação da informação; Classificação funcional que leva em consideração a estrutura; Plano de classificação como representação das categorias estabelecidas; Classificação como representação; Códigos de classificação.	Descrição para a recuperação da informação; Metadados e indexação como elementos de descrição; Definição de padrão de metadados.
RESOLUÇÃO Nº 26, DE 6 DE MAIO DE 2008 – Estabelece diretrizes básicas de gestão de documentos a serem adotadas nos arquivos do Poder Judiciário.	Plano de classificação desenvolvido por comitês gestores; Associar o desenvolvimento dos instrumentos a programas de gestão; Aprovar os instrumentos em seções administrativas.	Não há.
RESOLUÇÃO Nº 27, DE 16 DE JUNHO DE 2008 – Dispõe sobre o dever do Poder Público, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de criar e manter Arquivos Públicos [...].	Desenvolvida a partir de um programa de gestão; Plano de Classificação meio e fim.	Aplicação da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) para acesso aos documentos históricos.
RESOLUÇÃO Nº 28, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2009 – Dispõe sobre a adoção da Norma Brasileira de Descrição Arquivística – Nobrade – pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – Sinar [...].	Não há.	Princípio da proveniência de descrição multinível; Análise de contexto e flexibilidade na definição dos níveis de descrição; Uso da norma na definição de elementos descritivos.
RESOLUÇÃO Nº 41, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014 – Dispõe	Classificação de diferentes gêneros documentais.	Descrição de diferentes gêneros documentais;

RESOLUÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO
sobre a inserção dos documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais em programas de gestão de documentos arquivísticos dos órgãos e entidades integrantes do Sinar, visando sua preservação e acesso.		Indica o uso da NOBRADE.
RESOLUÇÃO Nº 43, DE 04 DE SETEMBRO DE 2015 – Altera a redação da Resolução do Conarq nº 39, de 29 de abril de 2014.	Uso do plano de classificação para organização dos arquivos digitais.	Descrição multinível; Uso de normas de descrição ISAD (Norma geral internacional de descrição arquivística) e NOBRADE.
RESOLUÇÃO Nº 45, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020 – Revoga as Resoluções nº 14, de 24 de outubro de 2001; nº 21 de 4 de agosto de 2004 e nº 35, de 11 de dezembro de 2012.	Classificação funcional que considere a estrutura organizacional e o uso dos documentos; Organização hierárquica; Uso de método decimal para notação; Atualização dos instrumentos de gestão.	Nota introdutória ao instrumento.

Fonte: Linden (2021, p. 129-130).

É possível perceber que, no decorrer dos anos, as resoluções do CONARQ foram intensificando a aplicação da classificação e descrição arquivística sob um viés tecnológico, diante da necessidade de parametrizar e encontrar padrões que trouxessem a segurança e a estabilidade que o documento digital precisa na aferição de sua autenticidade. Dessa forma, as resoluções são o reflexo do acompanhamento das aplicações das funções em um cenário que, cada vez mais, faz uso de tecnologias digitais.

Nota-se que, ao longo da análise das resoluções, nem todas apresentaram características sobre classificação e descrição, alguns instrumentos normativos abordaram somente elementos relacionados a uma ou à outra função. Isso ocorre devido à característica de objetividade que cada resolução tem em trazer respostas a questões pontuais, assim como a termos normativos e instrumentos que tratam especificamente de classificação, e outro que trata especificamente de descrição e acaba por segmentar as contribuições.

É importante ressaltar que a frequência das ocorrências de cada categoria será definida na análise que segue, mas não se repetirá com frequência. Isso ocorre porque os instrumentos normativos analisados são da mesma instituição, fazendo com que alguns conceitos ou processos definidos em uma resolução não sejam ponderados em outra, mas sejam um ponto de partida não explícito para o entendimento da resolução seguinte. Assim, nesse aspecto não será possível analisar quais as características são mais importantes em detrimento às demais, ou vice-versa.



Conforme a metodologia utilizada, realizou-se a análise de conteúdo (Bardin, 2016), em que as menções feitas nos instrumentos normativos são analisadas, agrupadas e categorizadas sob dois tópicos principais: análise dos aspectos normativos para classificação arquivística e análise de aspectos normativos para descrição arquivística, em uma análise vertical.

### **3.1 Normativas que orientam a classificação arquivística no contexto brasileiro**

A partir de um espaço de protagonismo junto à organização lógica e física dos conjuntos documentais, a classificação foi incorporada às tecnologias como um pressuposto para a existência de um documento em um Sigad (Identificador de Atividade de Signit).

A análise de conteúdo desenvolvida resultou na formulação de quinze (15) categorias, que são pontuadas, direta ou indiretamente, pelas resoluções analisadas. São elas: 1) classificação funcional e estrutural; 2) plano de classificação; 3) código ou notação de classificação; 4) classificação para demais funções; 5) classificação em sistemas; 6) classificação para recuperação da informação; 7) classificação vinculada a programa de gestão; 8) comitês gestores para classificação; 9) aprovação do plano de classificação; 10) classificação da atividade-meio e fim; 11) classificação por assunto; 12) classificação de diferentes gêneros documentais; 13) atualização do plano de classificação; 14) nota introdutória ao plano de classificação; e 15) rotinas de classificação.

O aumento no número de categorias estabelecidas, assim como a baixa adesão das resoluções às temáticas, ocorre por causa da característica dos instrumentos normativos, já ponderados anteriormente, de terem sua elaboração orientada para uma finalidade específica.

A categoria “classificação funcional ou estrutural” foi criada por termos evidências, entre as resoluções, de que as características de classificação funcional são as que prevalecem; porém, o contexto estrutural da instituição, na maioria das vezes, é levado em consideração no desenvolvimento da classificação.

“plano de classificação” foi incorporado como categoria pois é amplamente compreendido como a forma de sistematização da organização lógica definida pela classificação; literalmente, sua materialização, onde estão expressas as relações orgânico-funcionais de modo hierárquico.

A categoria “código ou notação de classificação”, entre os aspectos normativos, toma uma importância maior, à medida que esses códigos passam a ser utilizados no âmbito de sistemas informatizados. Podemos inferir que os códigos de classificação ou notação são a metarrepresentação dos documentos.

A “classificação para demais funções” foi considerada categoria, pois, a partir dela, são contempladas as resoluções que indicam que a classificação auxilia no processo da avaliação e preservação de documentos. E pode-se considerar que essas possibilidades podem ser ampliadas para as demais funções que utilizam a classificação em suas atividades.

A categoria “classificação em sistemas” foi incluída por ser a base da organização de um sistema informatizado, na qual ocorre todo o processo de gestão de documentos que integram aquele sistema. A parametrização do plano de classificação em um sistema informatizado é determinante para torná-lo um Sigad, por isso sua inclusão é tão relevante.

A categoria “classificação para recuperação da informação” foi assinalada, sobretudo, por conta da versatilidade da classificação como uma possibilidade não só de organização do conjunto documental, mas também de sua representação, possibilitando a realização de buscas por navegação e até mesmo transformando as categorias em termos de indexação.

A “classificação vinculada a programa de gestão” foi categorizada por duas resoluções diferentes que buscavam uma sistematização lógica das atividades institucionais. O vínculo com um programa de gestão parece ser interessante, considerando que o programa tem como prática a organização de ações sistêmicas para a promoção de sua finalidade. Nesse sentido, a classificação estaria bem assegurada de suas atividades e manutenções de regularidade.

A categoria “comitês gestores para classificação” sugere que o plano de classificação seja desenvolvido por um comitê gestor que integra o programa de gestão. Essa perspectiva se revela enriquecedora ao ponto que, no desenvolvimento do instrumento de classificação, seja possível dividir essa construção da organização lógica do conjunto documental com demais profissionais que possam contribuir com o processo, para além do arquivista.

A “aprovação do plano de classificação” se torna uma necessidade de validação do instrumento que foi constituído. A oportunidade de discutir versões e minutas antes de sua formalização institucional auxilia na formulação de um instrumento que seja assertivo ao atender as demandas organizacionais.

A categoria “classificação da atividade-meio e fim” parece ser básica, porém, é essencial ser definida. Instrumentos de gestão voltados somente à atividade-meio são instrumentos incompletos do ponto de vista institucional. É necessário que se tenha noção da organização do todo orgânico para que a gestão dos documentos de arquivo prossiga com eficiência.

A “classificação por assunto” foi considerada uma categoria por uma resolução, a primeira do ano de 1995, que sugere a consideração dos assuntos de documentos para sua organização, por meio de funções e atividades que os produziram, evocando a proveniência desses documentos. Ou seja, metodologicamente, de acordo com o que vimos a partir da análise dos manuais, o texto se apresenta contraditório.

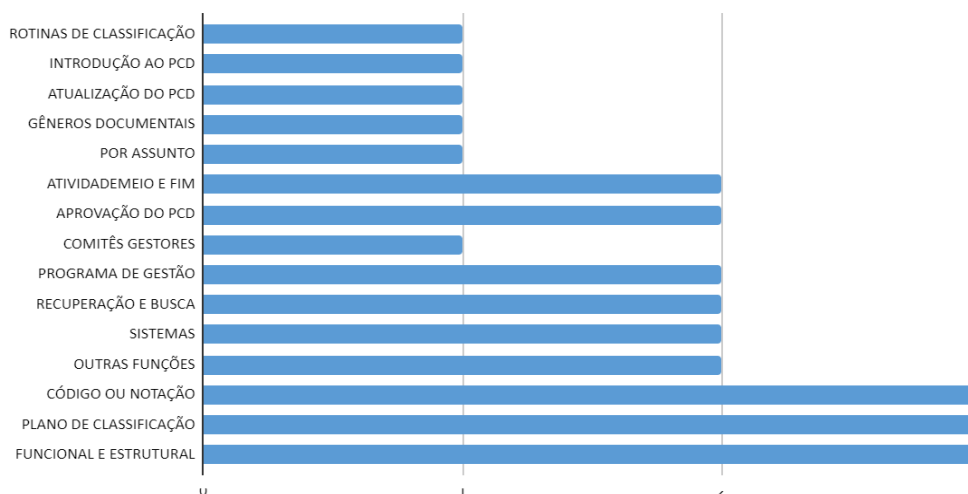
A categoria “classificação de diferentes gêneros documentais” foi definida pelo esforço do instrumento normativo em tornar os diferentes gêneros documentais representados e acessíveis. Se até então falávamos de documentos convencionais e digitais, agora já estamos integrando o tratamento técnico com diferentes gêneros: iconográficos, audiovisuais, sonoros e musicais.

A categoria “atualização do plano de classificação” é assinalada em sua importância pela necessidade de manutenção periódica do plano de classificação, para que ele esteja sempre atualizado e em plenas condições de funcionamento para subsidiar as demais atividades de gestão.

A categoria “nota introdutória ao plano de classificação” se faz necessária por explorar as características que são próprias e características do organismo que produziu os documentos ali sistematizados em categorias. Esses enunciados sobre a estrutura organizacional, identificação das funções e da complexidade institucional ajudam no processo de compreensão da organização do conjunto documental produzido.

Por fim, a categoria “rotinas de classificação” foi definida por melhor caracterizar os procedimentos de aplicação dos instrumentos de classificação de modo sistematizado, ou seja, organização da prática da classificação estruturada em etapas e passo a passo.

Gráfico 1 – Quantitativo de ocorrências nas categorias analisadas quanto a classificação



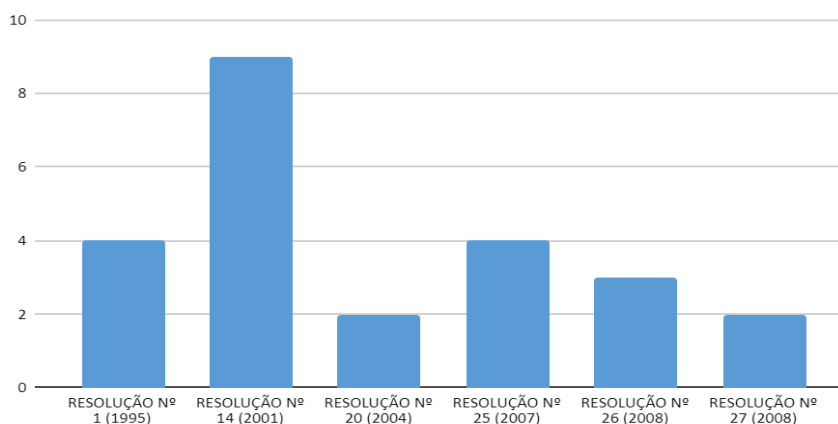
Fonte: as autoras, 2023

No Gráfico 1 é possível observar quais foram as categorias que tiveram maior ocorrência na análise realizada, ou seja, quais são as características de classificação que são mais citadas. É possível identificar que, entre as categorias, as que mais se sobressaem são: classificação funcional e estrutural, plano de classificação e código ou notação.

Dessa forma, evidencia-se uma maior relevância às características de processo de construção e materialização da classificação arquivística por meio das formas de desenvolver o plano de classificação sob as perspectivas funcional ou estrutural. Além de ressaltar as características de uso de códigos para definir as diferentes categorias de classificação e o reconhecimento do próprio plano de classificação como manifestação concreta do processo de classificação.

Ademais, é possível identificar tendências que apontam como importantes os nichos para o desenvolvimento das aplicações da classificação arquivística, tais como: a inserção da classificação em programas de gestão de documentos, as possibilidades de busca e recuperação da informação com base em elementos de classificação, a incorporação da classificação aos sistemas informatizados de gestão de documentos, as potencialidades da classificação diante do exercício de outras funções arquivísticas.

Gráfico 2 – Quantitativo de ocorrências das categorias analisadas nas respectivas resoluções do CONARQ quanto à classificação.



Fonte: as autoras, 2023

Analisando o gráfico 2, é possível perceber quais das resoluções do Conarq correspondem ao maior quantitativo de ocorrências das categorias identificadas na análise. Ressalta-se a Resolução do CONARQ nº 14 que versa sobre o Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: Atividades-Meio, a ser adotado como modelo para os arquivos correntes dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), que foi revogada pela Resolução do Conarq nº 45 em 2020.

Na sequência, destaca-se a Resolução do CONARQ nº 1, que dispõe sobre a necessidade de adotar planos e/ou códigos de classificação de documentos nos arquivos correntes que considerem a natureza dos assuntos resultantes de suas atividades e funções, em um primeiro movimento do CONARQ rumo ao registro de boas práticas no tratamento técnico de documentos de arquivo como uma preocupação inicial e fundadora das próprias resoluções. Da mesma forma, a Resolução do CONARQ nº 25, que dispõe sobre a adoção do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos – e-ARQ Brasil, ressalta a aderência da classificação junto aos sistemas informatizados.

### 3.2 Normativas que orientam a descrição arquivística no contexto brasileiro

A análise permite o entendimento de que a descrição arquivística, que se desenvolve de modo integrado à classificação na criação de métodos de organização e estabelece a ordem em que os documentos devem ser representados nos instrumentos de descrição, se torna uma função autônoma da classificação e passa a ser reinterpretada. Com a inserção dos preceitos da Arquivologia diante da realidade digital, a descrição passa a ter uma importância ainda maior na definição e atribuição de metadados e indexadores. O que nos parece é que, a exemplo da classificação, a partir da análise dos instrumentos normativos, a descrição teve sua trajetória continuada em uma ascendente, evolução que ressignifica sua aplicação.

A análise de conteúdo (Bardin, 2016) realizada resultou na formulação de oito (8) categorias, que são pontuadas, direta ou indiretamente, pelos autores dos instrumentos normativos analisados. São elas: 1) normas de descrição; 2) metadados como descrição; 3) proveniência e multinível; 4) indexação como descrição; 5) descrição para recuperação da informação; 6) descrição em todas as fases; 7) flexibilidade na definição dos níveis de descrição; e 8) descrição para demais funções.

A categoria “normas de descrição” foi definida pois o uso da padronização, na descrição arquivística, tornou-se uma operação técnica reconhecida que facilita o processo de busca e recuperação dos documentos, intercâmbio e qualidade do processo, resultando em instrumentos de pesquisa que satisfaçam as necessidades de seus consulentes.

A categoria “metadados como descrição” tomou significativa relevância no contexto de implementação de sistemas informatizados, nos quais os metadados são definidos desde a criação ou captura desses documentos. Dessa forma, os metadados são elementos descritores que acompanham o documento ao longo de sua vida, sendo que esse padrão também deve ser desenvolvido, tendo em vista o contexto organizacional e as normas de descrição arquivística.

A categoria “proveniência e multinível” é a união de dois princípios seguidos à risca no âmbito da descrição arquivística. A proveniência, regida e estabelecida pela classificação, que define as categorias que delineiam os diferentes níveis utilizados na descrição de um conjunto documental, que podem ser operacionalizados do geral para o particular e estão intrinsecamente relacionados.

A categoria “indexação como descrição”, que é a representação do conteúdo dos documentos por meio de termos, auxilia no acesso aos documentos, sendo mais uma

possibilidade de busca para os consulentes. Tanto a indexação, quanto os metadados, são definitivos no sucesso da recuperação da informação.

A categoria “descrição para recuperação da informação” foi estabelecida por ser consequência e razão recíproca um do outro quando expressa na resolução. O estabelecimento de representantes que possibilitem o acesso e a recuperação da informação por meio da descrição arquivística e suas interfaces.

A categoria “descrição em todas as fases” indica que a descrição arquivística deve ser desenvolvida em todo o ciclo de vida do documento e fases da gestão.

A categoria “flexibilidade na definição dos níveis de descrição” é uma contribuição da Nobrade que indica a impossibilidade de parametrizar os níveis de descrição, pois são definidos pelo plano de classificação, conforme características orgânico-funcionais da instituição produtora desse conjunto documental. Dessa forma, temos uma descrição que também é funcional, por consequência.

A categoria “descrição para demais funções” foi atribuída pelo uso que as demais funções fazem da descrição arquivística, desde o momento de definição de metadados na produção do documento até a elaboração do instrumento descritivo de eliminação deles.

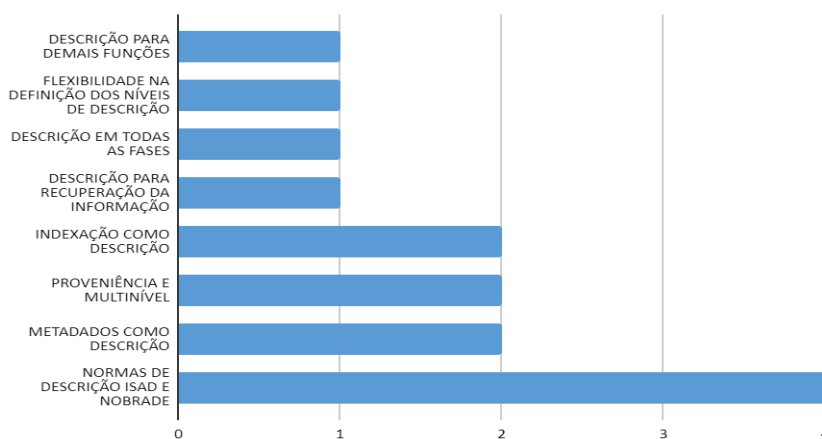
Quadro 2 – Síntese das características das funções de classificação e descrição

<b>CARACTERÍSTICAS DA CLASSIFICAÇÃO</b>	<b>CARACTERÍSTICAS DA DESCRIÇÃO</b>
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL E ESTRUTURAL	NORMAS DE DESCRIÇÃO ISAD E NOBRADE
PLANO DE CLASSIFICAÇÃO	METADADOS COMO DESCRIÇÃO
CÓDIGO OU NOTAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO	PROVENIÊNCIA E MULTINÍVEL
CLASSIFICAÇÃO PARA DEMAIS FUNÇÕES	INDEXAÇÃO COMO DESCRIÇÃO
CLASSIFICAÇÃO EM SISTEMAS	DESCRIÇÃO PARA RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO
CLASSIFICAÇÃO PARA RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO EM TODAS AS FASES
CLASSIFICAÇÃO VINCULADA A PROGRAMA DE GESTÃO	FLEXIBILIDADE NA DEFINIÇÃO DOS NÍVEIS DE DESCRIÇÃO
COMITÊS GESTORES PARA CLASSIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO PARA DEMAIS FUNÇÕES
APROVAÇÃO DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO	
CLASSIFICAÇÃO DA ATIVIDADE-MEIO E FIM	
CLASSIFICAÇÃO POR ASSUNTO	
CLASSIFICAÇÃO DE DIFERENTES GÊNEROS DOCUMENTAIS	

Fonte: a autora com base em Linden (2021)

Na análise, é possível perceber a influência de diferentes perspectivas teóricas no desenvolvimento de procedimentos práticos em resoluções do CONARQ. O delineamento dessas características nos permite inferir que os elementos das resoluções identificadas na análise evidenciam a ausência de muitas informações que fazem parte do escopo de atuação dos arquivos públicos estaduais disponíveis em seus *websites* (Linden, 2021). Também se percebe que as normativas têm seu desenvolvimento atrelado aos contextos sócio, político e econômico do momento de sua proposição. As normativas analisadas seguem os preceitos teóricos CO da classificação e descrição arquivísticas, indicando que são desenvolvidas em consonância com a área.

Gráfico 3 – Quantitativo de ocorrências nas categorias analisadas quanto à descrição



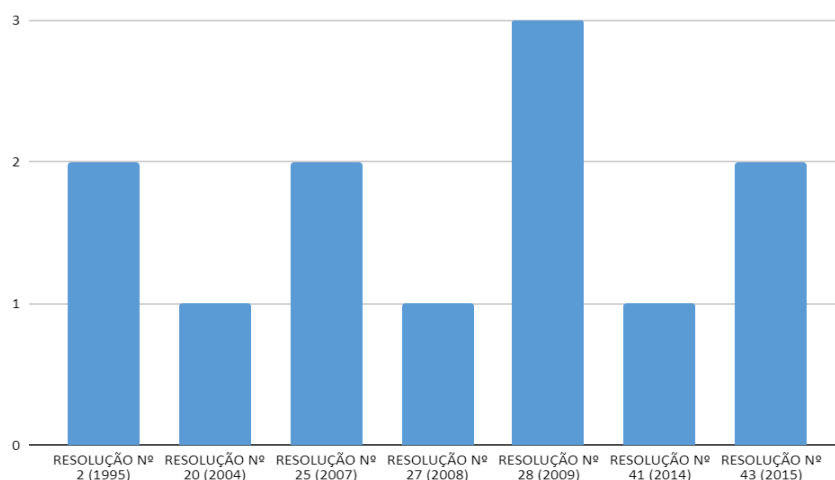
Fonte: as autoras, 2023

No gráfico 3 é possível observar quais foram as categorias que tiveram maior ocorrência na análise realizada, ou seja, quais são as características de descrição que são mais citadas. É possível identificar que, entre as categorias, as que mais se sobressaem estão relacionadas ao uso de normas de descrição arquivística, a definição de metadados e indexação como elementos de descrição arquivística, assim como as características de proveniência e multinível para que se concretize o exercício da descrição.

Dessa forma, evidencia-se uma maior relevância às características de processo de padronização da descrição arquivística por meio do uso das normas de descrição, por ora, limitadas a ISAD e NOBRADE. Além de ressaltar as características que ampliem a noção de descrição arquivística diante da realidade digital, concretizando-se na definição de metadados e indexadores utilizados como descritores para recuperação e acesso à informação.



Gráfico 4 – Quantitativo de ocorrências das categorias analisadas nas respectivas resoluções do CONARQ quanto à classificação



Fonte: as autoras, 2023

No gráfico 4 é possível perceber quais das resoluções do Conarq correspondem ao maior quantitativo de ocorrências das categorias identificadas na análise. Ressalta-se a Resolução do CONARQ nº 28, que dispõe sobre a adoção da Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE e institui o Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos e estabelece a obrigatoriedade da adoção do Código de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos – CODEARQ.

Na sequência, destacam-se a Resolução do CONARQ nº 2, que dispõe sobre as medidas a serem observadas na transferência ou no recolhimento de acervos documentais para instituições arquivísticas públicas que pontuam elementos de descrição no âmbito da avaliação arquivística rumo ao registro de boas práticas no tratamento técnico de documentos de arquivo como uma preocupação inicial e fundadora das próprias resoluções. Assim como a Resolução do CONARQ nº 25, que dispõe sobre a adoção do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos – e-ARQ Brasil que ressalta a aderência da descrição junto aos sistemas informatizados, inclusive em delimitação de metadados e indexadores. Já a Resolução CONARQ nº 43, que altera a redação da Resolução do CONARQ nº 39, de 29 de abril de 2014, que estabelece diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais, vinculando elementos descritivos, por meio da definição de metadados, à garantia da preservação de documentos a longo prazo.

#### 4. Considerações finais

A ampliação do diálogo entre as áreas de Arquivologia e Organização do Conhecimento se faz necessária e construtiva para que haja avanços no campo teórico e prático dessa intersecção. A representação do conhecimento e da informação aplicada a documentos de arquivo apresenta um potencial significativo de desenvolvimento de pesquisas e estudos.

É perceptível que os instrumentos normativos, em sua maioria, apresentam uma quantidade maior de ocorrência quando relaciona-se com a temática de classificação arquivística. Já a descrição arquivística é citada em menos resoluções do CONARQ e apresenta menos ocorrências entre as normativas analisadas.

Essa questão endossa ainda mais a necessidade de explorarmos estudos, pesquisas e padrões que possam contemplar as funções arquivísticas de classificação e descrição. Ressalta-se a importância da aplicação de instrumentos que gerenciem as atividades de intervenção com base nas funções arquivísticas.

Ainda quanto às resoluções que versam sobre a classificação arquivística, percebe-se o endosso a iniciativas de governança que englobam as atividades e etapas que concretizem factualmente a prática e desenvolvimento da classificação em diferentes ambientes organizacionais. Além disso, ressalta-se a relevância de serem expandidos os entendimentos e aplicações de classificação arquivística que sejam aderentes a sistemas informatizados de gestão de documentos e demais ambientes digitais que necessitem desses recursos.

Quanto às resoluções que retratam o cenário da descrição arquivística, temos um cenário dominado pelo uso de modelos e padrões para descrição vinculados a normas de descrição, o que, por sua vez, ressalta a necessidade de ampliar a percepção de como essas normas podem ser contributivas nesse cenário. Do mesmo modo, faz-se necessário caminhar rumo ao desenvolvimento para estudos e pesquisas que analisem modelos de metadados e de indexação em contraste com os padrões de descrição arquivística existentes.

Em linhas gerais, é possível perceber que o número de resoluções que apresentam abordagens relacionadas a classificação e descrição arquivística representam 10% das resoluções publicadas pelo CONARQ. Esse dado mostra a importância de ampliarmos a integração do entendimento e explicitação de boas práticas integrativas de tratamento técnico para documentos de arquivo no âmbito dos padrões formulados. Assim, as intervenções arquivísticas nucleares poderão ser abordadas com a devida importância e de modo coerente.

A busca por um delineamento dessas características nos possibilita compreender a relevância do entendimento e monitoramento de procedimentos práticos aplicados pelas instituições arquivísticas integrantes do Sistema Nacional de Arquivos, para que haja maior convergência entre os aspectos teóricos e práticos acerca da representação em arquivos.

## Referências

- DESCRIÇÃO arquivística. *In*: ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: [https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionrio\\_de\\_terminologia\\_arquivistica.pdf](https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionrio_de_terminologia_arquivistica.pdf) Acesso em: 30 jan. 2019.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARROS, T. H. B. **A construção discursiva em arquivística**: uma análise do percurso histórico e conceitual da disciplina por meio dos conceitos de classificação e descrição. 2010. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/93667>. Acesso em: 11 out. 2021.
- BARROS, T. H. B. A indexação e a arquivística: aproximações iniciais no universo teórico da organização e representação do conhecimento. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 21, n. 46, p. 33-44, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2016v21n46p33/31600>. Acesso em: 30 jan. 2019.
- BARROS, T. H. B. **A representação da informação arquivística**: uma análise do discurso teórico e institucional a partir dos contextos Espanhol, Canadense e Brasileiro. 2014. 222 f. Dissertação (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/110391>. Acesso em: 11 out. 2021.
- BARROS, T. H. B.; SOUSA, R. T. B. Organização do conhecimento e arquivologia: abordagens metodológicas. **Informação & Informação**, Londrina, v. 24, n. 2, p. 76-92, 2019. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/38290>. Acesso em: 10 nov. 2021.
- ESTEBAN NAVARRO, M. A. La representación y la organización del conocimiento en los archivos. *In*: ACTAS DEL ENCUENTRO DE ISKO-ESPAÑA, 1., 1993, Zaragoza. **Anais [...]**. Zaragoza: Universidad, Librería General. 1993.
- FREITAS, L. M. **A organização do conhecimento sensível sob a ótica da Arquivologia**: um estudo de caso na Embrapa Soja. 2017. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Londrina, 2017. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000215310>. Acesso em: 10 abr. 2020.

GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. 37p. (Projeto como fazer; v. 2). Disponível em: [https://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas\\_colecao\\_como\\_fazer/cf2.pdf](https://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf2.pdf) Acesso em: 30 jan. 2023

HERRERA, A. Heredia. **Archivística general, teoría y práctica**. Sevilla: Diputación de Sevilla, 1991. 478p.

LINDEN, Leolíbia Luana. **Proposta de diretrizes para representação da informação e do conhecimento em arquivos no contexto brasileiro**. 2021. 198 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/231024/PCIN0284-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y> Acesso em: 01 nov. 2023.

LOPES, L. C. **A nova arquivística na modernização administrativa**. 2. ed. Brasília: Projeto Editorial, 2009. 416p.

MARTINS, W. R. **Representação arquivística: o papel do CIA e do CONARQ para o desenvolvimento de políticas de descrição**. 2019. 80 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11427> . Acesso em: 10 out. 2023.

ROUSSEAU, J. Y.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa, Publicações D. Quixote, 1998. 356p.

SILVA, E. P. A noção de informação arquivística. In: RODRIGUES, G. M.; COSTA, M. G. (Orgs.). **Arquivologia: configurações da pesquisa no Brasil: epistemologia, formação, preservação, uso e acesso**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

SOUSA, R. T. B. A classificação como função matricial do que fazer arquivístico. In: SOUSA, R. T. B. (Org.). **Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento**. Brasília: Senac, 2007. p. 79-172.

SOUSA, R. T. B. Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito. **Arquivística.net**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 120-142, ago./dez. 2006. Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/948/2/ARTIGO\\_ClassificacaoDocumentoArquivistico.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/948/2/ARTIGO_ClassificacaoDocumentoArquivistico.pdf). Acesso em: 30 jan. 2019.

TOGNOLI, N. B. A representação na arquivística contemporânea. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 79-92, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/115396>. Acesso em 30 jan. 2019.

TOGNOLI, N. B.; BARROS, T. H. B. Os processos de representação do conhecimento arquivístico: elementos históricos e conceituais da classificação e descrição. **ISKO Brasil**, [s.l.] v.3, p. 94-99, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/135201>. Acesso em: 10 nov. 2021.

VITAL, L. P., MEDEIROS, G. M.; BRASCHER, M. Classificação e descrição arquivística como atividades de organização e representação da informação e do conhecimento. **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 40-46, dez.

2017. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/7507>.  
Acesso em: 05 fev. 2019.

VITAL, L. P.; BRASCHER, M. Descrição arquivística: uma discussão conceitual. **Informação & Informação**, Londrina, v. 21, n. 1, p. 213-229, jan./abr. 2016. ISSN 1981-8920. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/22497/18994>. Acesso em: 05 fev. 2019.

Artigo submetido em: 30 jan. 2023  
Artigo aceito em: 22 maio 2023